

Paradigmas da regulamentação da negociação coletiva de trabalho na Administração Pública

*Paradigmas de la reglamentación de la
negociación colectiva del trabajo
en la Administración Pública*



Paradigmas da regulamentação da negociação coletiva de trabalho na Administração Pública

*Paradigmas de la reglamentación de la
negociación colectiva del trabajo
en la Administración Pública*

Paradigmas da regulamentação da negociação coletiva de trabalho na Administração Pública

“Esse estudo sobre regulamentação da negociação coletiva de trabalho na Administração Pública foi organizado pela Internacional de Serviços Públicos no Brasil, dentro do projeto do setor saúde no Brasil patrocinado pelo SASK - Trade Union Solidarity Centre of Finland. Foi elaborado por Douglas Gerson Braga, consultor, que pode ser consultado pelo e-mail: dgbraga@uol.com.br. Sua reprodução integral ou parcial pode se dar, mediante citação de créditos para a ISP Brasil”.

Paradigmas de la reglamentación de la negociación colectiva del trabajo en la Administración Pública

“Este estudio de la reglamentación de la negociación colectiva del trabajo en la Administración Pública fue organizado por la Internacional de Servicios Públicos en el Brasil, que hace parte del proyecto del sector salud en el Brasil patrocinada por el SASK - Trade Union Solidarity Centre of Finland. Fue hecho por Douglas Gerson Braga, consultor, que puede ser consultado por el email: dgbraga@uol.com.br. Su reproducción integral o parcial se puede dar, por medio de la citación de los créditos para la ISP Brasil”.



Internacional de Serviços Públicos

Presidenta: Ylva Thörn
Secretário Geral: Hans Engelberts
45, Avenue Voltaire, BP 9
01211 Ferney-Voltaire Cedex, França
Tel +33 4 50 40 6464
Fax +33 4 50 40 7320
Web: www.world-psi.org

Escritório Regional Interamericano ISP

Secretário Regional: Jocélio Drummond
1100 H. St. N. W., Suite 650
Washington, D.C. 20005
Tel + 1 202 824 0880
Fax + 1 202 824 0881
E-mail: psiamericas@verizon.net

Escritório Sub-regional Brasil

Secretária Sub-regional: Mônica Valente
Coordenadora de projetos: Elida Cruz
Rua Formosa, 367 – cj. 467
CEP 01049-000 – São Paulo – SP
Tel +55 11 2104 0760
Fax +55 11 2104 0751
E-mail: ispbrasil@uol.com.br

Texto:

Tradução: Mari-Jô Zilveti
Edição eletrônica e impressão: Inform
Capa: Inform
Tiragem: 3.000 exemplares
São Paulo, Dezembro de 2006.

A Internacional dos Serviços Públicos (ISP) é uma federação sindical que representa 20 milhões de trabalhadores(as) provenientes de 639 organizações em 154 países de todos os continentes. A ISP tem sua sede localizada a 10 minutos de Genebra.

A ISP:

- Conta com investigadores/pesquisadores contratados a tempo completo e conta com uma ampla base de dados sobre empresas transnacionais (ETN), coordenando campanhas contra os problemas decorrentes da privatização;
- Emprega pessoas dedicadas às questões de justiça e igualdade relativas a mulher;
- Cumpre um amplo programa de representação diante as diversas instituições internacionais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM);
- Tem quatro escritórios regionais: para Ásia e Pacífico, África e Países Árabes, Américas e por fim Europa; em 20 países de todo o mundo o escritório conta com pessoal trabalhando em projetos e amplos programas de capacitação;
- Colabora intensamente com a Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (CIOSL) e com entidades sindicais como o Conselho Internacional das Enfermeiras e a Federação Internacional de Trabalhadores Sociais.

Índice

Índice

Introdução	
<i>Introducción</i>	07
Paradigmas nacionais	
<i>Paradigmas nacionales</i>	14
Paradigmas internacionais	
<i>Paradigmas internacionales</i>	21
Itália	
<i>Italia</i>	23
Espanha	
<i>España</i>	25
Portugal	
<i>Portugal</i>	28
América Latina	
<i>América Latina</i>	33
Uruguai	
<i>Uruguay</i>	34
Argentina	
<i>Argentina</i>	36
Conclusão	
<i>Conclusión</i>	37

Introdução

Ao longo dos anos de 2002 e 2003 a **Internacional de Serviços Públicos, ISP – Brasil**, patrocinou ciclo de seminários e de procedimentos virtuais com a participação de dirigentes e assessores sindicais para produzir contribuições objetivas sobre a regulamentação da negociação coletiva de trabalho nos serviços públicos. Durante esse rico período foi possível diagnosticar necessidades e colher sugestões destinadas a conformar uma proposta de legislação sobre essa matéria, advinda do funcionalismo público das esferas federal, estadual e municipal.

Introducción

*A lo largo de los años 2002 y 2003, la **Internacional de Servicios Públicos, ISP – Brasil**, patrocinó ciclos de seminarios y de procedimientos virtuales con la participación de dirigentes y asesores sindicales con el fin de producir contribuciones objetivas a cerca de la reglamentación de negociaciones colectivas de trabajo en los servicios públicos. Durante este periodo se diagnosticaron necesidades y sugerencias fueron cogidas para dar forma a una propuesta de legislación sobre esta materia que procede del funcionalismo público de esferas federal, estadual y municipal.*

Também foi possível revisitar inúmeras experiências de negociação desenvolvidas no país. Do debate competente, profundo, plural e sincero emergiu proposição consensual no formato de ante-projeto de lei, encaminhado ao Congresso Nacional, ao Fórum Nacional do Trabalho e à Mesa Nacional de Negociação Permanente. De lá para cá, estes estudos têm sido utilizados como importante referência nos debates sobre o tema da regulamentação. Desses debates, de forma interativa, novas e mais ricas sugestões têm sido incorporadas aos estudos iniciais. Também tem havido forte interação com as assessorias parlamentares, em diversos níveis.

También se han revisado muchas experiencias de negociaciones desarrolladas en el país. De un debate competente, profundo, plural y sincero emergieron propuestas consensuales en formato de anteproyectos de ley que fueron encaminados al Congreso Nacional, al Forum Nacional del Trabajo y a la Mesa Nacional de Negociación Permanente. De un tiempo a esta parte, estos estudios han sido utilizados como importantes referencias en los debates sobre temas de reglamentación. A estos mismos debates les han sido incorporadas, de forma interactiva, nuevas y más ricas sugerencias. De este modo se ha creado una fuerte interacción con las asesorías parlamentares, en sus diversos niveles.

Desse conjunto de eventos e iniciativas emergiu um segundo estudo, encaminhado ao Congresso Nacional, nos estertores de 2005. Encabeçado pelo Deputado petista Roberto Gouveia e outros, o **“PL da Regulamentação da Negociação Coletiva no Setor Público”** encontra-se em plena tramitação no Congresso Nacional. O processo legislativo sobre essa matéria demanda, pois, especial atenção de todos os segmentos comprometidos com o aprofundamento da democracia e com a construção de um Estado presente, atuante, competente e eficaz na tarefa de assegurar direitos essenciais ao exercício da cidadania, materializados na prestação de serviços públicos eficientes e qualificados à população brasileira.

*De este conjunto de eventos e iniciativas, ha surgido un segundo estudio que fue encaminado al Congreso Nacional a finales del 2005. Encabezado por el Diputado petista Roberto Gouveia y otros, el **“PL de la Reglamentación de Negociaciones Colectivas en el Sector Público”** se encuentra en plena tramitación en el Congreso Nacional. El proceso legislativo sobre esta materia demanda especial atención de todos los segmentos comprometidos con el conocimiento profundo de la democracia y con la construcción de un Estado presente, actuante, competente y eficaz en las tareas de asegurar derechos esenciales al ejercicio de la ciudadanía, materializados en la prestación de servicios públicos eficientes y de calidad a la población brasileña.*

Contudo, em momentos decisivos como este, surgem muitas dúvidas. E é entre os duvidosos de boa fé que atuam os céticos e conservadores, refratários a qualquer tipo de tese inovadora ou democratizante. Não raro, aparecem operadores do Direito a vociferar contra a regulamentação da negociação coletiva, como se a negociação no setor público, em si, não acoresse alhures no Brasil, nas três esferas de Poder, inclusive no âmbito do Poder Judiciário, como nos dão conta as inúmeras greves de servidores, incluindo, em alguns casos, até mesmo a participação ostensiva dos magistrados, solucionadas após árduos e longos períodos de intensas negociações entre o poder público e as entidades sindicais do setor.

Así mismo, en momentos decisivos como este, surgen muchas dudas. Y es ahí, entre los incrédulos de buena fe, que actúan los escépticos y los conservadores, refractarios a cualquier tipo de tesis innovadora o democratizadora. No es raro que aparezcan operadores de Derecho a vociferar contra la reglamentación de negociación colectiva como si la negociación del sector público, en sí, no ocurriese ya en el Brasil, en las tres esferas del Poder, inclusive en el ámbito del Poder Judicial. Así, el sin número de huelgas de servidores nos muestra que en algunos casos tuvieron que ser solucionadas después de arduos y largos períodos de intensas negociaciones entre el poder público y las entidades sindicales del sector.

No curso desses debates, nos quais são apresentados, por setores minoritários do meio, “obstáculos de difícil superação no campo jurídico”, capazes de inviabilizar a regulamentação legal da negociação coletiva de trabalho no setor público, nota-se profundo desconhecimento sobre os **formatos juridicamente consistentes que essas metodologias vêm assumindo no Brasil e sua compatibilidade plena com as regras do Direito Administrativo**. Nota-se, igualmente, pouco ou nenhum conhecimento desses segmentos sobre como o tema tem sido tratado em outros países. Afinal há precedentes e experiências nacionais e internacionais de processos institucionais de negociação coletiva do trabalho no âmbito da Administração Pública, sinalizadores da viabilidade legislativa dessa matéria.

*En el curso de estos debates, son presentados, por sectores minoritarios del propio medio, obstáculos de difícil superación en el campo jurídico” que son capaces de no viabilizar la reglamentación legal de las negociaciones colectivas de trabajo en el sector público. En ellos, se nota un profundo desconocimiento acerca de los **formatos jurídicamente consistentes que esas metodologías vienen asumiendo en el Brasil y su compatibilidad plena con las reglas del Derecho Administrativo**. Se nota igualmente, poco o ningún conocimiento de estos segmentos acerca de cómo el tema fue tratado en otros países. Al fin y al cabo, existen precedentes y experiencias tanto nacionales como internacionales al respecto que son señales claras de la viabilidad legislativa de esta materia.*

Como sabemos todos, a negociação coletiva de trabalho ocorre há décadas nas diversas esferas dos três Poderes da República: Executivo, Legislativo e Judiciário. Em que pese configurar-se como prática corriqueira, constitui, ainda, um fenômeno bastante recente o nível de **formalidade e o caráter institucional** desses processos. A busca pela institucionalização objetiva elevar o grau de eficácia e melhorar os níveis de cumprimento e exigibilidade dos conteúdos negociados. Objetiva, também, aprimorar juridicamente esse instituto, já que o mundo regido pelo Direito Administrativo não é afeito a informalidades. Neste contexto, a **regulamentação** da negociação coletiva de trabalho no setor público pode ser entendida enquanto o ápice ou o objetivo fundamental a ser alcançado,

*Como todos sabemos, las negociaciones colectivas de trabajo suceden hace muchas décadas en las diversas esferas de los tres Poderes de la República: Ejecutivo, Legislativo y Judicial en el Brasil. A pesar de configurarse como práctica normal, constituye, aún, un fenómeno bastante reciente a nivel de **formalidad o carácter institucional** de estos procesos la búsqueda hacia la institucionalización objetiva para elevar el grado de eficacia y mejorar los niveles de cumplimiento exigidos en los contenidos negociados. Esto hace objetivo también el perfeccionar jurídicamente este instituto, ya que el mundo regido por el Derecho Administrativo no es muy afecto a informalidades. En este contexto, la **reglamentación** de negociaciones colectivas de trabajo en el sector público puede ser entendida a medida de que el objetivo fundamental sea alcanzado,*

tornando-se questão estratégica para todos os segmentos que defendem a **democratização das relações de emprego e trabalho na Administração Pública**. Nessa trajetória, a partir da década de oitenta temos assistido à consolidação de experiências institucionais de negociação nas quais já é possível reconhecer padrões e identificar fundamentos, alicerces, características e princípios comuns. No Brasil, a maioria das experiências com esse perfil, conhecidas ou teorizadas, são denominadas **Sistemas de Negociação Permanente** ou, simplesmente, **Mesas de Negociação Permanente**.

*convirtiéndose en asunto estratégico para todos los segmentos que defienden la **democratización de las relaciones de empleo y trabajo en la Administración Pública**. En esta trayectoria, a partir de la década del ochenta hemos asistido a la consolidación de experiencias institucionales de negociación en la que ya es posible reconocer padrones e identificar fundamentos, cimientos, características y principios comunes. En el Brasil, la mayoría de las experiencias con este perfil, conocidas y teóricas, son denominadas **Sistemas de Negociación Permanente** o, simplemente, **Mesas de Negociación Permanente**.*

Paradigmas nacionais

Consolidando conceitos, novas experiências surgem a cada ano. Entre elas, em face do seu poder multiplicador, destacam-se: a) a **Mesa Nacional de Negociação Permanente da Administração Pública Federal - MNNP**, instalada exatamente para possibilitar a construção coletiva do **Sistema Nacional de Negociação Permanente – SiNNP**, a ser introduzido por meio de legislação específica; b) o **Sistema Nacional de Negociação Permanente do SUS - SiNNP- SUS**, que está sendo instalando por via da **Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS - MNNP-SUS**, no âmbito do Conselho Nacional de Saúde e do Ministério da Saúde; c) o **Sistema de Negociação**

Paradigmas nacionales

*Consolidando conceptos, nuevas experiencias surgen cada año. Entre ellas, delante de su poder multiplicador, se destacan: a) la **Mesa Nacional de Negociaciones Permanentes de la Administración Pública Federal – MNNP**, instalada exactamente para posibilitar la construcción colectiva del **Sistema Nacional de Negociación Permanente**; – **SiNNP**, que será introducido por medio de legislación específica; b) el **Sistema Nacional de Negociación Permanente de SUS – SiNNP – SUS**, en el ámbito del Consejo Nacional de Salud y del Ministerio de Salud; c) el **Sistema de Negociación***

Permanente da Prefeitura de São Paulo - SINP/SP¹ e d) o Sistema Permanente de Negociações Coletivas de Recife.

A análise dos sistemas de negociação, acima referidos, com suas repercussões jurídicas, práticas e políticas, deve ser objeto de estudo específico. Contudo, é importante frisar a importância dessas experiências no processo evolutivo rumo à regulamentação plena da negociação coletiva para o setor público. Por exemplo, na experiência desenvolvida na cidade de São Paulo os fundamentos e os instrumentos

¹ Conheça mais sobre a MNNP do Governo Federal, a MNNP-SUS e o SINP-SP em estudos disponíveis na Biblioteca da Sala Virtual de Apoio à Negociação do Trabalho no SUS, no endereço www.ead.fiocruz.br/mini_portais/mesas/.

Permanente de la Alcaldía de São Paulo - SINP/SP¹ y d) el Sistema Permanente de Negociaciones Colectivas de Recife.

El análisis de los sistemas de negociación, arriba citados, con sus repercusiones jurídicas, prácticas y políticas deben ser objeto de estudio específico. Con todo, es importante destacar la importancia de estas experiencias en el proceso evolutivo en dirección a la reglamentación plena de la negociación colectiva para el sector público. Por ejemplo, en la experiencia desarrollada en la ciudad de São Paulo, los fundamentos y los instrumentos

¹ Para saber más sobre la MNNP del Gobierno Federal, la MNNP-SUS y el SINP-SP en estudios disponibles en la Biblioteca de la Sala Virtual de Apoio à Negociação do Trabalho no SUS, visite el sitio www.ead.fiocruz.br/mini_portais/mesas/.

legais utilizados para transportar o **processo informal e esporádico** de atendimento sindical, praticado anteriormente, em um **sistema formalizado e permanente** de negociação coletiva foram: a Constituição Federal, a Lei Municipal nº. 13.303, de janeiro de 2002, o Convênio SINP (instituidor e estruturador do sistema) e o Regimento Interno (especificador de procedimentos). Os **Princípios Constitucionais da Administração Pública**, mencionados expressamente na Lei Municipal e no Convênio SINP, sustentam todo o arcabouço legal e normatizador desse sistema.

Nota-se, na experiência paulistana, portanto, a existência de **regulamentação legal municipal** a dar guarida (princípio da legalidade)

*legales utilizados para transportar el **proceso informal y esporádico** de atendimento sindical, practicado anteriormente, en un **sistema formalizado y permanente** de negociación colectiva fueron: la Constitución Federal, la Ley Municipal N° 13.303 de enero de 2002, el Convenio SINP (instituidor y estructurados del sistema) y el Regimiento Interno (especificador de procedimientos) **los Principios Constitucionales de la Administración Pública**, mencionados expresamente en la Ley Municipal y en el Convenio SINP, sustentan toda la estructura legal y normalizadora de ese sistema.*

*Por lo tanto, se nota en la experiencia paulistana la existencia de **reglamentación legal municipal** dando protección (principio de legalidad)*

ao sistema, posteriormente pactuado via convênio de natureza especial pelas partes. A mencionada lei foi aprovada praticamente por consenso no Legislativo Municipal e não sofreu qualquer forma de contestação jurídica, seja durante o processo legislativo, seja em decorrência da sua aplicação prática ao longo dos últimos anos.

Já as experiências encetadas no âmbito da Administração Pública Federal também saíram do nível atrasado da informalidade absoluta e alcançaram um padrão significativo de institucionalidade. Embora não disponha de legislação específica de suporte, ainda, a **Mesa Nacional de Negociação Permanente** encontra-se expressamente amparada, por um lado, nos

al sistema, posteriormente pactado a través de convenio de naturaleza especial por las partes. La mencionada ley fue aprobada prácticamente por consenso en el Legislativo Municipal y no sufrió ninguna forma de contestación jurídica, o sea que durante el proceso legislativo, ya sea en consecuencia de su aplicación práctica a lo largo de los últimos años.

*En todo caso, las experiencias iniciadas en el ámbito de la Administración Pública Federal también salieron del nivel atrasado de la informalidad absoluta y alcanzaron un padrón significativo de institucionalidad. Aunque no disponga de legislación específica de soporte, todavía, la **Mesa Nacional de Negociación Permanente** se encuentra expresamente amparada, por un lado, en los*

Princípios Constitucionais que regem a Administração Pública e, por outro, na **Portaria nº. 1.132/03, da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**, publicada no Diário Oficial da União de 22 de julho de 2003. Esta Portaria ratifica e habilita institucionalmente o convênio especial, pactuado entre as partes, que regulamenta, formalmente, o funcionamento da MNNP.

A **Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS**, igualmente, ampara-se nos mesmos Princípios Constitucionais e em resoluções do Conselho Nacional de Saúde. Com efeito, instituída inicialmente em 1993, através da **Resolução nº. 52 do Conselho Nacional de Saúde - CNS**, a Mesa

Principios Constitucionales que rigen la Administración Pública y por otro, en el Decreto nº1.132/03, de la Secretaría de Recursos Humanos del Ministerio de Planeamiento, Presupuesto y Gestión, publicado en el Diario Oficial de la Unión del 22 de julio de 2003. Este Decreto ratifica y habilita institucionalmente el convenio especial, acordado entre las partes, que reglamenta formalmente el funcionamiento de MNNP.

La Mesa Nacional de Negociación Permanente del SUS, de la misma forma, se ampara en los mismos Principios Constitucionales y en resoluciones del Consejo Nacional de Salud. Efectivamente, instituida inicialmente en 1993, a través de la Resolución nº52 del consejo Nacional de Salud – CNS, la Mesa

Nacional de Negociação Permanente do SUS, após um curto período de atuação, ficou praticamente inoperante durante os anos noventa. Contudo, acompanhando o processo evolutivo dessa matéria, a MNNP-SUS foi reinstalada, com novo formato, por intermédio da **Resolução nº. 331, de 04 de novembro de 2003, do Conselho Nacional de Saúde - CNS**. As resoluções do CNS são os veículos normativos institucionais legalmente previstos para a formalização das decisões deste colegiado. Têm, portanto, efeito de lei, em seu âmbito de intervenção. Ao ratificar a instituição da MNNP-SUS, por meio de resolução eficaz do CNS, a negociação coletiva na área da saúde não ocorre em ambiente de absoluta informalidade, ao contrário, apresenta elevado grau de institucionalidade.

*nacional de Negociación Permanente del SUS, después de un corto periodo de actuación, se quedó prácticamente inoperante los años noventa. No obstante, acompañando el proceso evolutivo de esa materia, la MNNP-SUS fue instalada nuevamente, con un nuevo formato, a través de la **Resolución nº331, del 04 de noviembre, de 2003, del Conselho Nacional de Saúde - CNS**. Las resoluciones del CNS son los vehículos normativos institucionales legalmente previstos para la formalización de las decisiones de este colegiado. Tienen, por lo tanto, efecto de ley, en su ámbito de intervención. Al ratificar la institución de la MNNP-SUS por intermedio de resolución eficaz del CNS, la negociación colectiva en el área de salud no tiene lugar en ambiente de absoluta informalidad, al contrario, presenta un elevado grado de institucionalidad.*

Em nenhum momento ocorreu questionamento jurídico de qualquer natureza sobre esses sistemas. Isto porque, em que pese o fato de seus veículos instituidores não se apoiarem em legislativa específica, todos esses sistemas encontram-se formalmente sustentados nos **Princípios Constitucionais** que regem a Administração Pública que, como todos sabem, têm precedência sobre a própria lei. Por fim, para superar dificuldades e polêmicas, entre tantos pontos em comum nessas três importantíssimas experiências, um merece destaque: em todas elas as partes, de comum acordo, comprometem-se a lutar pela aprovação de legislação de suporte, garantidora da negociação coletiva de trabalho para o setor público.

*En ningún momento surgió contestación jurídica de cualquier naturaleza a cerca de estos sistemas porque aunque pesase el hecho de que sus vehículos instituidores no se apoyaran en legislativa específica, todos estos sistemas se encuentran formalmente sustentados en los **Principios Constitucionales** que rigen la Administración Pública y que, como todos saben, tienen precedencia encima de la propia ley. Finalmente, para superar dificultades y polémicas, entre tantos puntos en común en estas tres importantísimas experiencias, uno de ellos merece destaque: y es de que en todas ellas, las partes de común acuerdo, se comprometen a luchar a favor de la aprobación de una legislación de soporte, garantizadora de negociación colectiva de trabajo para el sector público.*

Paradigmas internacionais

Ao tratar de paradigmas internacionais referentes à regulamentação da negociação coletiva de trabalho no âmbito da Administração Pública, nunca é demais lembrar que a **Organização Internacional do Trabalho – OIT** trata, expressamente, do tema das relações de trabalho e sindicais no âmbito da Administração Pública na **Convenção 151**, adotada em 1978. E que a **Convenção 154**, adotada em 1981, consagra a negociação coletiva de trabalho, tanto no setor privado como setor público, cada qual com suas especificidades, como **“instrumento a serviço da justiça social”**

A regulamentação legislativa da negociação coletiva de trabalho na Administração Pública encontra paradigmas significativos, tanto em países

Paradigmas internacionales

*Al tratar de paradigmas internacionales referentes a la reglamentación de la negociación colectiva de trabajo en el ámbito de la Administración Pública, nunca es demás recordar que la **Organización Internacional de Trabajo - OIT** trata, expresamente, del tema de las relaciones de trabajo y sindicales en el ámbito de la Administración Pública en la **Convención 151**, adoptada en 1978. Y que la **Convención 154**, adoptada en 1981, consagra la negociación colectiva de trabajo, tanto en el sector privado como en el público, cada cual con sus especificaciones como **“instrumento al servicio de la justicia social”***

La reglamentación legislativa de la negociación colectiva de trabajo en la Administración Pública encuentra paradigmas significativos, tanto en países

altamente desenvolvidos, tais como, Itália, Espanha, Portugal, Suécia, Reino Unido, Canadá e Austrália, entre outros, como em nações em desenvolvimento, com situações sócio-econômicas semelhantes às do Brasil, tais como, a Argentina e o Uruguai. Longe de pretender apresentar um panorama internacional completo da evolução institucional da negociação coletiva no setor público, nos propusemos, aqui, a demonstrar que países com os quais guardamos importantes afinidades culturais, políticas e jurídicas, superaram obstáculos e divergências muito semelhantes às apresentadas por aqui, avançando na adoção de uma metodologia eficaz e democrática de tratamento de conflitos coletivos do mundo do trabalho, conforme se verá.

altamente desarrollados, entre otros Italia, España, Portugal, Suecia, Reino Unido, Canadá y Australia, como en naciones en desarrollo Con situaciones socio-económicas semejantes a las del Brasil, tales como Argentina y el Uruguay. Lejos de pretender presentar un panorama internacional completo de evolución institucional de la negociación colectiva en el sector público, nos proponemos, aquí, a demostrar que países con los cuales guardamos importantes afinidades culturales, políticas y jurídicas superan obstáculos y divergencias muy semejantes a las presentadas por aquí, avanzando hacia la adopción de una metodología eficaz y democrática de tratamiento de conflictos colectivos en el mundo laboral, como se verá.

Itália

A pertinência de se promover a regulamentação legal da negociação coletiva na Administração Pública tem um marco histórico: a aprovação, na Itália, da **Lei Quadro do Serviço Público**. Promulgada após aproximadamente uma década de intensas lutas sindicais e políticas, a **Lei nº. 93, de 1983** (lei geral do serviço público), disciplina as relações de trabalho e sindicais dos empregados públicos da administração central do Estado. Ainda que se considere a cultura de informalidade que se enraizara naquele país, em contraposição aos excessos de regulamentação e de intervencionismo estatal, característicos do período autoritário fascista, ainda assim, coube a compreensão de que a permissibilidade garantida da negociação coletiva

Italia

*La pertinencia de promoverse la reglamentación legal de la negociación colectiva en la Administración Pública tiene un marco histórico: la aprobación, en Italia, de la **Ley Cuadro del Servicio Público**. Promulgada aproximadamente una década después de intensas luchas sindicales y políticas, la **Ley nº93, de 1983** (ley general del servicio público), disciplina las relaciones tanto de trabajo como sindicales de los empleados públicos de la administración central del Estado. Aunque se considere la cultura de informalidad que se enraizara en aquel país, en contraposición a los excesos de reglamentación y de la intervención estatal que fueron característicos en el período autoritario fascista, aún así, se puede entender que, estando permisible y garantizada la negociación colectiva*

do trabalho na Administração Pública constituía ferramenta imprescindível para a consolidação do Estado Democrático e para o aperfeiçoamento dos serviços públicos prestados à população, devendo estar assegurada em lei.

Note-se que o paradigma italiano merece destaque não apenas por se incluir entre as iniciativas pioneiras de regulamentação legal da negociação coletiva, mas, principalmente, para dimensionar, no tempo, que os obstáculos costumeiramente esgrimidos por aqui, foram soterrados pelo riquíssimo processo de desenvolvimento econômico, social, político e cultural experimentado por aquele país naquele período. Como se vê, na Itália, a regulamentação da negociação coletiva no setor público deixou de ser tabu jurídico há mais de duas décadas.

laboral en la Administración Pública, constituía esta una herramienta imprescindible para la consolidación del Estado Democrático y para el perfeccionamiento de los servicios públicos prestados a la población y que debía estar asegurada en la ley.

Obsérvese que el paradigma italiano merece destaque no solo por incluirse entre las iniciativas pioneras de reglamentación legal de negociación colectiva, sino, principalmente, para medir, en el tiempo, que los obstáculos que suelen ser esgrimidos por aquí ya fueron enterrados por el riquísimo proceso de desarrollo económico, social, político y cultural experimentado por Italia en otro período anterior. Como se puede ver, en ese país, la reglamentación de negociación colectiva en el sector público, ha dejado de ser un tabú jurídico hace más de dos décadas.

Espanha

Ao lado da Itália, é possível dizer que a Espanha vem se destacando como um dos principais paradigmas internacionais a referendar a viabilidade da regulamentação legal plena da negociação coletiva de trabalho no setor público. E este paradigma espanhol nos é particularmente interessante em face das semelhanças dos ordenamentos jurídicos de ambos os países sobre esse tema. Isso porque tanto a Constituição Federal Brasileira quanto a Constituição Espanhola omitiram-se frente à garantia expressa do direito à negociação coletiva sindical no setor público. Contudo, ao contrário do ocorrido aqui, no esteio da evolução jurisprudencial emanada especialmente do Tribunal Constitucional Espanhol e de uma doutrina sólida e inovadora,

España

Junto con Italia, se puede afirmar que España se destaca como uno de los principales paradigmas internacionales que defiende la viabilidad de la reglamentación legal plena de la negociación colectiva laboral en el sector público.

Este paradigma español nos es particularmente interesante en virtud de las semejanzas de los ordenamientos jurídicos de los dos países a cerca de este tema. Esto porque tanto la Constitución Federal Brasileña como la Constitución Española se omitieron frente a la garantía expresa del derecho a la negociación colectiva sindical en el sector público. Con todo, al contrario de lo sucedido aquí, en el amparo de la evolución de jurisprudencia emanada especialmente del Tribunal constitucional Español y de una doctrina sólida e innovadora,

os espanhóis aprovaram a **Lei 11/85**. Esta lei inclui a negociação coletiva como aspecto inerente e parte integrante do conceito mais amplo de liberdade sindical. Integrando o conceito de liberdade sindical, direito constitucionalmente assegurado aos trabalhadores tanto do setor privado como do setor público, a conquista da regulamentação legal da negociação coletiva estava a um passo para os servidores públicos. E, de fato, decorrido um breve período de tempo, foi aprovada a **Lei 9/87** que regulamenta a negociação coletiva de trabalho para o setor público. Alguma polêmica jurídica persistiu nos primeiros anos após a edição da lei, mas acabou logo superada pelas decisões firmes da Suprema Corte Espanhola, posicionada claramente de forma a convalidar os acordos coletivos firmados no âmbito da Administração Pública daquele país.

*los españoles aprobaron la **Ley 11/85**. Esta ley incluye la negociación colectiva como aspecto inherente y parte integrante del concepto más amplio de libertad sindical. Integrando el concepto de libertad sindical, derecho constitucionalmente asegurado a los trabajadores tanto del sector privado como del público, la conquista de la reglamentación legal de la negociación colectiva estaba a un paso para los servidores públicos y realmente, pasado un breve período de tiempo, fue aprobada la **Ley 9/87** que reglamenta la negociación colectiva laborista para el sector público. Hubo alguna polémica jurídica en los primeros años después de la promulgación de la ley, pero fueron superadas por las decisiones firmes de la Suprema Corte Española, posicionada claramente de forma a convalidar los acuerdos colectivos firmados en el ámbito de la Administración Pública del país.*

Bem se vê, pois, que também a Espanha deixou o obscurantismo no que concerne a essa matéria, a passos largos, ao contrário do ocorrido por aqui. Lá, como na Itália, a negociação coletiva no setor público, há décadas, também deixou de ser um tabu jurídico para transformar-se em um direito líquido e certo, assegurado na **Ley Orgánica de Libertad Sindical** e regulamentada de forma específica na **Lei 9/97**.

*Con esto se ve claramente, que España dejó el oscurantismo en esta materia, con pasos grandes al contrario de lo ocurrido por aquí. Como Italia allí la negociación colectiva en el sector público, hace décadas, también dejó de ser un tabú jurídico para transformarse en un derecho líquido y cierto, asegurado en la **Ley Orgánica de Libertad Sindical** y reglamentado de una forma específica en la **Ley 9/97**.*

Portugal

Os anos noventa marcaram, para os portugueses, a consolidação dos avanços no processo de institucionalização da negociação coletiva de trabalho no setor público, com a aprovação, pela Assembléia da República, da **Lei 23, de 26 de maio de 1998**. Esta lei **estabelece o regime de negociação coletiva e a participação dos trabalhadores da Administração Pública em regime de direito público**.

Trata-se, a nosso ver, de uma das mais avançadas legislações existentes sobre esse assunto. Vale a pena conhecer alguns dispositivos da lei para se ter uma idéia da sua clareza, precisão e objetividade. É o caso, por exemplo,

Portugal

*Los años noventa los portugueses fueron marcados con la consolidación de los avances en el proceso de institucionalización de negociación colectiva laborista en el sector público, con la aprobación, por la Asamblea de la República, de la **Ley 23, de 26 de mayo de 1998**. Esta ley **establece el régimen de negociación colectiva y la participación de los trabajadores de la Administración Pública en régimen de derecho público**.*

Se trata, a nuestro parecer, de una de las más avanzadas legislaciones existentes sobre el asunto. Vale la pena conocer algunos dispositivos de la ley para tener una idea de su clareza, precisión y objetividad. En el caso, por ejemplo,

do Artigo 5º, que dispõe: ***É garantido aos trabalhadores da Administração Pública em regime de direito público o direito de negociação coletiva do seu estatuto.*** (estatuto, aqui, refere-se a uma espécie de convênio coletivo). Ou, ainda, no mesmo artigo: ***O acordo, total ou parcial, que for obtido consta de documento autônomo subscrito pelas partes e obriga o governo a adotar as medidas legislativas ou administrativas adequadas ao seu integral e exato cumprimento, no prazo de 180 dias, sem prejuízo de outros prazos que sejam acordados, salvo nas matérias que careçam de autorização legislativa, caso em que os respectivos pedidos devem ser submetidos à Assembléia da República no prazo máximo de 45 dias.***

*del Artículo 5º, que dispone: **está garantizado a los trabajadores de la Administración Pública en régimen de derecho público el derecho de negociación colectiva de su estatuto** (estatuto, aquí, se refiere a una especie de convenio colectivo). **O mejor dicho, aún en el mismo artículo: el acuerdo, total o parcial, que fuese obtenido consta de documento autónomo subscrito por las partes y obliga al gobierno a adoptar las medidas legislativas o administrativas adecuadas en su integral y exacto cumplimiento, en el plazo de 180 días, sin perjuicio de otros plazos que sean acordados, salvo en las materias que carezcan de autorización legislativa, en el caso en que los respectivos pedidos deben ser sometidos a la Asamblea de la República en el plazo máximo de 45 días.***

Com seus dezenove artigos, a Lei 23/98 detalha procedimentos, garantindo uma **data base inicial** da negociação (1º de setembro de cada ano).

Compatibiliza a agenda da negociação com o calendário legislativo sobre o **Orçamento Nacional**. Autoriza a instalação de processos setoriais e permanentes de negociação e estabelece, expressamente, o objeto da negociação, no qual constam: a fixação ou **alteração de vencimentos**, da jornada e do horário de trabalho; matérias relativas aos aposentados e direitos relacionados à carreira; condições de higiene, saúde e segurança no trabalho; regime de férias, faltas e licenças; assuntos relacionados à formação e ao aperfeiçoamento profissional, estatuto disciplinar, etc.

*Con sus diecinueve artículos, la Ley 23/99 detalla procedimientos, garantizando una **fecha base inicial** de la negociación (1º de septiembre de cada año). Compatibiliza la agenda de la negociación con el calendario legislativo a cerca del **Presupuesto Nacional**. Autoriza la instalación de procesos sectoriales y permanentes de negociación y establece, expresamente, el objeto de la negociación, en el cual constan: la fijación o **alteración de vencimientos** de la jornada y de horario de trabajo; materias relativas a los jubilados y derechos relacionados a la carrera; condiciones de higiene, salud y seguridad en el trabajo; régimen de vacaciones, faltas y licencias; asuntos relacionados a la formación y al perfeccionamiento profesional, estatuto disciplinar, etc.*

Em seu artigo 10º, a Lei 23/98 estabelece uma série de garantias participativas aos trabalhadores da Administração Pública, por intermédio das associações sindicais, incluindo nesta relação a participação na **elaboração de programas de emprego**, no controle de **execução dos planos econômico-sociais**, nas **auditorias de gestão** dos serviços públicos, no domínio da **melhoria da qualidade** dos serviços públicos, entre outros. A lei portuguesa cuida também da qualidade da interlocução, assegurando, do lado sindical, a legitimidade da representação dos trabalhadores e determinando, para o lado governamental, a participação dos principais escalões do governo central, como é o caso da participação obrigatória

*En su artículo 10º, la ley 23/98 establece una serie de garantías participativas a los trabajadores de la Administración Pública, por intermedio de las asociaciones sindicales, incluyendo en esta relación la participación en la **elaboración de programas de empleo**, en el control de **ejecución de los planos económico sociales**, en las **auditorías de gestión** de los servicios públicos, en el dominio de la **mejora de calidad** de los servicios públicos, entre otros. La ley portuguesa cuida también de la calidad de interlocución, asegurando, desde el lado sindical, la legitimidad de la representación de los trabajadores y determinando, para el lado del gobierno, la participación de los principales escalones del gobierno central, como en el caso de la participación obligatoria*

da coordenação de governo e do Ministro das Finanças (por si ou por seu representante) em todos os níveis de negociação (geral ou setoriais).

Novamente nota-se, aqui, o avanço extraordinário na compreensão do papel fundamental que tem a negociação coletiva do trabalho para o processo de aperfeiçoamento das relações de trabalho na Administração Pública e, principalmente, para o processo de democratização e aperfeiçoamento do Estado, neste início do Século XXI.

de la coordinación de gobierno y del Ministro de las Finanzas (por sí mismo o por su representante) en todos los niveles de negociación (general o sectorial).

Nuevamente se nota aquí el avance extraordinario en la comprensión del papel fundamental que tiene la negociación colectiva del trabajo para el proceso de perfeccionamiento de las relaciones laborales en la Administración Pública y, principalmente, para el proceso de democratización y perfeccionamiento del Estado, en este inicio del Siglo XXI.

América Latina

Embora haja contribuições significativas, oriundas dos nossos irmãos latino-americanos, a consolidação institucional da negociação coletiva de trabalho nos serviços públicos, na maioria dos países do nosso continente, apresenta um perfil ainda incipiente no campo da sua regulamentação legal. O quadro geral é semelhante ao brasileiro, apresentando baixo perfil institucional da negociação coletiva no setor público convivendo com intenso processo informal de negociação sindical. Excetuando a Argentina, em inúmeros países do continente há iniciativas legislativas em estágio avançado, em situação semelhante a nossa.

América Latina

Aunque haya contribuciones significativas, oriundas de nuestros hermanos latinoamericanos, la consolidación institucional de la negociación colectiva de trabajo en los servicios públicos, en la mayoría de los países de nuestro continente, presentan un perfil todavía incipiente en el campo de su reglamentación legal. El cuadro general es muy semejante al nuestro brasileño, que presenta bajo perfil institucional de negociación colectiva en el sector público y convive con intenso proceso informal de negociación sindical. Exceptuando Argentina, en muchos países del continente existen iniciativas legislativas en formación avanzada, en situaciones semejantes a la nuestra.

Uruguai

No Uruguai, superadas as visões jurídicas mais conservadoras, a Administração Pública Central negocia formalmente com as entidades sindicais do setor. O atual estágio de desenvolvimento do processo negocial, no que se refere aos seus aspectos institucionais, é bastante semelhante à experiência brasileira. No Brasil, após a posse da nova gestão federal, em 2003, foi implantada, de forma pactuada, a **Mesa Nacional de Negociação Permanente - MNNP** que tem, entre suas atribuições, formular e apresentar ao Congresso Nacional proposição para elaboração de Projeto de Lei de regulamentação da negociação coletiva do trabalho na Administração Pública.

Uruguay

*En el Uruguay, superadas las visiones jurídicas más conservadoras, la administración Pública Central negocia formalmente con las entidades sindicales del sector. La actual etapa de desarrollo del proceso de negociar, en lo que se refiere a sus aspectos institucionales, es bastante semejante a la experiencia brasileña. En el Brasil, después de la pose de la nueva gestión federal, en 2003, fue implantada, de forma pactada, la **Mesa Nacional de Negociación Permanente – MNNP** que tiene, entre sus atribuciones, formular y presentar al Congreso Nacional, proposición para la elaboración de Proyecto de la Ley de reglamentación de la negociación colectiva del trabajo en la Administración Pública.*

No Uruguai, em processo semelhante, por ocasião da celebração do Acordo Marco – Negociação Coletiva no Setor Público, firmado em Montevideu, em 22 de julho de 2005, foi pactuada cláusula expressa pela qual as partes decidiram, também de forma pactuada, promover a institucionalização da negociação coletiva por meio de legislação específica. É possível que, ao redigir este artigo, esta matéria esteja sendo aprovada pelo Legislativo daquele país, colocando-o no rol das sociedades que evoluíram na compreensão do caráter democrático do Estado e no papel decisivo que detêm gestores, servidores públicos e a negociação coletiva de trabalho na Administração Pública.

En el Uruguay, en un proceso semejante, por ocasión de la celebración del Acuerdo Marco – Negociación Colectiva en el Sector Público, firmado en Montevideo, el 22 de julio de 2005, fue pactada la cláusula expresa por la cual las partes decidieron, de la misma forma pactada, promover la institucionalización de la negociación colectiva por medio de legislación específica. Es muy posible que, en el momento que estamos redactando este artículo, esta materia esté siendo aprobada por el Legislativo de ese país, colocándolo en el rol de las sociedades que evolucionaron en la comprensión del carácter democrático del Estado y en el papel decisivo que conservan gestores, servidores públicos y la negociación colectiva laboral en la Administración Pública.

Argentina

Em nossa vizinhança, nossos irmãos portenhos deram o passo pioneiro no campo da regulamentação da negociação coletiva de trabalho na Administração Pública. Após ratificar as Convenções 151 e 154 da OIT, a Argentina experimentou formidável desenvolvimento das relações de trabalho no setor público. Com efeito, já em dezembro de 1992, aprovou legislação específica, a **Lei nº. 24.185/92, que regulamenta o Convênio Coletivo do Trabalho no Setor Público**. Aprovou também a **Lei nº. 25.164/99 - Marco de Regulamentação do Emprego Público Nacional**, que trata das condições de emprego no setor. Em dezembro de 1999 foi celebrado **Convênio Coletivo de Trabalho**, considerado um marco histórico em face da sua amplitude e profundidade.

Argentina

*Nuestros vecinos porteños dieron un paso pionero en el campo de la reglamentación de la negociación colectiva laborista en la Administración Pública. Después de ratificar las Convenciones 151 y 154 de la OIT, la Argentina experimentó un formidable desarrollo de las relaciones laborales en el sector público. En efecto, ya en diciembre de 1992, fue aprobada una legislación específica: la **Ley nº. 24.185/92, que reglamenta el Convenio Colectivo Laboral, en el Sector Público**. Se aprobó también la **Ley nº. 25.164/99 – reglamentación del empleo Público Nacional**, que trata de las condiciones de empleo en el sector. En diciembre de 1999 fue celebrado el **Convenio Colectivo Laboral**, considerado un marco histórico en lo que se refiere a su amplitud y profundidad.*

Conclusão

Como vimos, em diversos países do mundo a negociação coletiva de trabalho na Administração Pública foi recepcionada em seus respectivos ordenamentos jurídicos, como sinônimo de prática compatível com o **“princípio da boa administração pública”**, formulado pela doutrina italiana. Não se pode, pois, conceber que pensamentos políticos e jurídicos nacionais, ultra conservadores e minoritários, obstaculizem avanços legislativos capazes de consolidar, institucionalmente, uma prática corriqueira, exercitada há décadas em nosso país, inclusive no âmbito dos Poderes Legislativo e Judiciário, além do próprio Poder Executivo.

Conclusión

*Como hemos visto, en diversos países del mundo la negociación colectiva laboral en la administración Pública fue recibida en sus respectivos ordenamientos jurídicos, como sinónimo de práctica compatible con el **“principio de buena administración pública”**, formulado por la doctrina italiana. No se puede, pues, concebir que pensamientos políticos y jurídicos nacionales, ultra conservadores y minoritarios, obstaculicen avances legislativos capaces de consolidar, institucionalmente, una práctica común, ejercida hace décadas en nuestro país, inclusive en el ámbito de los Poderes Legislativo y Judicial, más allá del propio Poder Ejecutivo.*

As experiências nacionais, comparadas aos paradigmas internacionais, demonstram que a sociedade brasileira está madura e merece contar com uma legislação atualizada, capaz de imprimir uma leitura da metodologia de negociação coletiva nos serviços públicos compatível com os princípios e normas que regem a Administração Pública. A boa receptividade encontrada nos meios jurídicos e, sobretudo, os excelentes resultados proporcionados pelo exercício sistemático e regado da negociação coletiva, comprovados em inúmeros estudos sobre as experiências desenvolvidas, tanto em nosso país como fora dele, comprovam que o Congresso Nacional, aprovando o **Projeto de Lei de Regulamentação da negociação coletiva na Administração Pública**, em tramitação na Casa, prestará um grande serviço

*Las experiencias nacionales, comparadas a los paradigmas internacionales, demuestran que la sociedad brasileña está madura y merece contar con una legislación actualizada, capaz de imprimir una lectura de metodología de negociación colectiva en los servicios públicos, compatible con los principios y normas que rigen la Administración Pública. La buena receptividad encontrada en los medios jurídicos y, sobre todo, los excelentes resultados proporcionados por el ejercicio sistemático y regulado de la negociación colectiva, comprobados en sin número de estudios sobre las experiencias desarrolladas, tanto en nuestro país como fuera, comprueban que el Congreso Nacional, una vez que apruebe el **Proyecto de Ley de Reglamentación colectiva en la Administración Pública**, en trámite en la Casa, prestará un grande servicio*

aos gestores públicos, ao conjunto do funcionalismo e, principalmente, à população brasileira, que depende de serviços públicos competentes e qualificados para exercer direitos essenciais de cidadania, consagrados na Constituição Federal da República.

Douglas Gerson Braga²

² Nota da ISP sobre o texto e seu autor: O presente estudo foi solicitado pela ISP- Brasil para subsidiar a execução da sua agenda de "Prioridades para un programa nacional de trabajo para el año 2006". A escolha do autor foi criteriosa. Formado em Direito pela USP, com especialização em Direito do Trabalho e Seguro Social, servidor público federal, o autor atua no movimento sindical desde o final dos anos setenta. Por sua característica agregadora sempre desenvolveu tarefas em ambiente caracterizado pela pluralidade política. Na década de oitenta, foi reconduzido ao Conselho Curador do FGTS, como representante dos trabalhadores, indicado conjuntamente pelas três Centrais Sindicais existentes na época: CUT, CGT e Força Sindical. A convite da OIT e de centrais sindicais de trabalhadores, visitou países da Europa e da América Latina para realizar estudos sobre o tema da negociação coletiva de trabalho. Como assessor da CUT, entre os anos oitenta e noventa, formulou a

a los gestores públicos, al conjunto de funcionalismo y, principalmente, a la población brasileña que depende de servicios públicos competentes y calificados para ejercer sus derechos esenciales de ciudadanía, consagrados en la Constitución Federal de la República.

Douglas Gerson Braga²

² Nota de ISP sobre el texto y su autor. El presente estudio fue solicitado por la ISP – Brasil para subsidiar la ejecución de su agenda de "Prioridades para un programa nacional de trabajo para el año 2006". La elección del autor fue hecha con criterio. Graduado en Derecho en USP, con especialización en Derecho Laboral y Seguro Social, servidor público federal, el autor actúa en el movimiento sindical desde los finales de la década del setenta. Por su característica de agregar siempre ha desarrollado tareas en ambientes caracterizados por la pluralidad política. En la década del ochenta, fue reactivado en el Consejo Curador de FGTS, como representante de los trabajadores, indicado conjuntamente por las tres Centrales Sindicales existentes en aquella época: CUT, CGT y Fuerza Sindical. A convite de la OIT y de centrales sindicales de trabajadores, visitó países de Europa y de América Latina para realizar estudios sobre el tema de la negociación colectiva laboral. Como asesor de la CUT, entre las décadas de ochenta y noventa, formuló la

proposta de Sistema Democrático de Relações de Trabalho, onde se incluem os primeiros projetos de regulamentação da negociação coletiva de trabalho para o setor público. Frequentemente é solicitado, de comum acordo, por gestores e entidades sindicais, para mediar a formulação e implementação de sistemas de negociação no setor público, como ocorreu no IAMSPE, em 1989, na Prefeitura de São Paulo, em 1990, no INSS-SP, em 1994, na implantação do SINP- São Paulo, em 2001 e na formulação e implantação da Mesa Nacional de Negociação Permanente, em 2003, atividades desenvolvidas em caráter de contribuição. Atualmente é o facilitador da Sala Virtual de Apoio à Negociação do Trabalho no SUS. É colaborador eventual de diversas instituições, entre elas do DIEESE, da ENAP, da FIOCRUZ e da ISP. Na nossa instituição, foi o facilitador do ciclo de seminários sobre a regulamentação da negociação coletiva e principal autor das nossas duas últimas cartilhas publicadas sobre esse tema. Teve papel de destaque na construção do consenso e na redação, juntamente com as assessorias parlamentares, das proposições finais encaminhadas por nossa entidade, inclusive na elaboração da atual proposta de regulamentação, em tramitação no Congresso Nacional. Entre diversos estudos, artigos e publicações, é autor do livro “Conflitos, Eficiência e Democracia na Administração Pública” (Edit. FIOCRUZ -1998). Pelo seu conhecimento teórico, mas, sobretudo, pela sua trajetória e vivência prática com a temática da negociação coletiva nos serviços públicos, o autor constituiu-se, hoje, em um dos principais especialistas nesta matéria, razão pela qual o escolhemos para formular os presentes estudos.

propuesta del Sistema Democrático de Relaciones Laborales, donde se incluyen los primeros proyectos de reglamentación de la negociación colectiva laborista para el sector público. Frecuentemente es solicitado, de común acuerdo, por gestores y entidades sindicales, para mediar la formulación e implementación de sistemas de negociación del sector público, como sucedió en IAMSPE en 1989, en la Alcaldía de São Paulo, en 1994, en INSS-São – São Paulo, en 1994, en la implantación de SINP - São Paulo, en 2001 en la formulación e implantación de la Mesa Nacional de Negociación Permanente, en 2003, actividades desarrolladas en carácter de contribución. Actualmente es el responsable por facilitar en la Sala Virtual de Apoyo a la Negociación Laborista en SUS. Es colaborador eventual de diversas instituciones, entre ellas de DIEESE, de ENAP, de FIOCRUZ y de ISP. En nuestra institución, fue el encargado de facilitar en el ciclo de seminarios sobre la reglamentación de negociación colectiva y principal autor de nuestras dos últimas cartillas publicadas sobre ese tema. Tuvo papel de destaque en la construcción del consenso y en la redacción, juntamente con las asesorías parlamentares, de las proposiciones finales encaminadas por nuestra entidad, inclusive en la elaboración de la actual propuesta de reglamentación, en trámite en el Congreso Nacional. Entre diversos estudios, artículos y publicaciones, es autor del libro “Conflitos, Eficiéncia e Democracia na Administração Pública” (Edit. FIOCRUZ -1998). Por su conocimiento teórico, más sobre todo, por su trayectoria y vivencia práctica con la temática de negociación colectiva en los servicios públicos, el autor se ha constituido en uno de los principales especialistas en esta materia y por esta razón lo hemos escogido para formular los presentes estudios.

Publicação:



Apoio:

